



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 6/SES/GAB-JRECURSOS/2024

PROCESSO Nº 1320.01.0139368/2020-83

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde (SMS)

MUNICÍPIO: Passos

SEI: 1320.01.0139368/2020-83

ATIVIDADE SISAUD: 644

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde (representada pelo gestor, **Sr. T.A.S.S.** (Pessoa jurídica).
- Sr. A.D.L. (Pessoa física).
- Sra. P.S.C.F. (Pessoa física).

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria assistencial programada, realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Triângulo do Norte / SRS Uberlândia e ARAS Sul / SRS Alfenas, na Secretaria Municipal de Saúde de Passos, no período compreendido entre 26 a 29/04/2021, para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria – CEA/SUS-MG - Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação da execução dos recursos, destinados as ações e serviços prestados aos usuários do SUS no enfrentamento da COVID-19.

Referida auditoria originou os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 310/2023, 311/2023, 312/2023, 313/2023, 314/2023 e 315/2023, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades e medida corretiva, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

· Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

1 – Constatação nº 641752 -A SMS não celebrou instrumentos jurídicos com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

2– Constatação nº 641755 -A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

3 – Constatação nº 641765 -Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados a Santa Casa de Misericórdia de Passos não estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado (Termo de Metas) e com a legislação vigente.

4 – Constatação nº 641767 -A SMS não realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico Convênio Nº 007/2020 firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para enfrentamento da COVID -19.

5– Constatação nº 641770 - A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

6– Constatação nº 641775 -A SMS não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado (Convênio nº 005/2020) e normas que regulamentam os repasses.

7– Constatação nº 641784 -A SMS de Passos não promoveu todos os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) e na Programação Anual de Saúde (PAS), inserindo as ações, mas não inserindo, de forma detalhada, os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. A SMS submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde a PAS, mas não submeteu o PMS a esse órgão para aprovação.

8– Constatação nº 641786 - A SMS apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores, contemplando parcialmente as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

· Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência da constatação não conforme:

9– Constatação nº 641754 -A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

PARECER

O Sistema Municipal de Saúde/SMS, representado pelo seu gestor, **Sr. T.A.S.S.**, interpôs recurso administrativo ao Relatório Final de Auditoria por meio do Ofício nº 1.168/2023/SMS, datado de 09/08/2023 (73109282), via e-mail (73109471).

O Recorrente, **Sr. A.D.L.** (pessoa física), enviou interposição de recurso ao Relatório Final por meio do Ofício nº 02-2023, datado de 02/09/2023 (73109121), via e-mail (73109765).

A Recorrente, **Sra. P.S.C.F.** (pessoa física), enviou interposição de recurso ao Relatório Final por meio do Ofício nº 459/EPIDEMIOLOGIA/2023, datado de 18/08/2023 (73109015), via e-mail (73109637).

Os demais notificados não apresentaram manifestações em 2ª instância.

Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos Recorrentes:

1 – Constatação nº 641752 -A SMS não celebrou instrumentos jurídicos com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos para o repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal, Estadual e ou Municipal) referentes ao enfrentamento COVID-19 e destinados as ações de média e alta complexidade de acordo com as regras que viabilizaram os repasses.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após análise da documentação apresentada verificou-se que o município de Passos celebrou 3 convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Passos para viabilizar o repasse de recursos financeiros para enfrentamento à pandemia causada pelo COVID -19, sendo: - Convênio nº 03/2020 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS MUNICIPAIS visando a aquisição de equipamentos hospitalares para equipar novos leitos de UTI, utilizados pela Santa Casa de Misericórdia de Passos, no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID -19. - Convênio nº 05/2020 no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS ESTADUAIS visando o custeio das ações e serviços de saúde dos municípios e estabelecimentos de saúde, no enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19, em consonância com a Resolução SES/MG nº 7.097 de 08 de maio de 2020. - Convênio nº 07/2020 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cujo objeto é o repasse de RECURSOS FEDERAIS conforme disposto na Portaria MS/GM nº 1666/2020 de 01/07/2020. Foi constatado ainda que a SMS/Passos repassou para o hospital no dia 02/12/2020 o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de origem federal conforme disposto na Portaria MS/GM nº2624 de 28/12/2020, sem que houvesse celebração de instrumento jurídico para o referido repasse. Os Termos de Convênios apresentados possuem as cláusulas contratuais necessárias para o resguardo dos atributos legais na utilização dos recursos do SUS, contando ainda com registros nos respectivos Planos de Trabalho, discriminando o Programa de aplicação dos recursos recebidos, conforme disposto na legislação vigente. Entretanto foi observado na documentação apresentada que os referidos convênios foram celebrados pelo Prefeito Municipal de Passos, constando assinatura da SMS juntamente com a do prefeito somente no convênio 007/2020 e que nas cláusulas referentes a acompanhamento e validação da aplicação de recursos coube a Controladoria Geral do Município e não ao titular da secretaria municipal de saúde (SMS) que é o gestor do FMS.”

Estabelece a Lei Federal nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências:

(...)

Art. 9º A direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, de acordo com o [inciso I do art. 198 da Constituição Federal](#), sendo exercida em cada esfera de governo pelos seguintes órgãos:

(...)

III - no âmbito dos Municípios, pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.

(...)

Art. 24. Quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada.

Parágrafo único. A participação complementar dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a respeito, as normas de direito público.

(...)

A Portaria de Consolidação MS/GM nº. 02 de 28 de setembro de 2017, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS, estabeleceu:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

(...)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 21. A contratualização será formalizada por meio de instrumento celebrado entre o gestor do SUS contratante e o prestador hospitalar sob sua gestão, com a definição das regras contratuais, do estabelecimento de metas, indicadores de acompanhamento e dos recursos financeiros da atenção hospitalar. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21)

Parágrafo Único. Para fins da contratualização hospitalar, recomenda-se que todos os instrumentos formais de contratualização que envolvam a prestação de ações e serviços de saúde em um mesmo estabelecimento sejam celebrados pelo gestor público de saúde do respectivo ente federado contratante, mesmo havendo a oferta e cofiamento de ações e serviços por outro ente federado. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 21, Parágrafo Único)

(...)

Art. 38. Os gestores do SUS deverão firmar os instrumentos formais de contratualização com os hospitais sob sua gestão. (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 38)

No mesmo sentido são as disposições da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017:

(...)

Art. 130. Nas hipóteses em que a oferta de ações e serviços de saúde públicos próprios forem insuficientes e comprovada a impossibilidade de ampliação para garantir a cobertura assistencial à população de um determinado território, o gestor competente poderá recorrer aos serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º)

(...)

§ 2º Assegurada a preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos e ainda persistindo a necessidade quantitativa dos serviços demandados, o ente público recorrerá às entidades com fins lucrativos. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 2º)

§ 3º A participação complementar das instituições privadas de assistência à saúde no SUS será formalizada mediante a celebração de contrato ou convênio com o ente público, observando-se os termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, de acordo com os seguintes critérios: (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º)

I - convênio: firmado entre ente público e a instituição privada sem fins lucrativos, quando houver interesse comum em firmar parceria em prol da prestação de serviços assistenciais à saúde; e (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º, I)

II - contrato administrativo: firmado entre ente público e instituições privadas com ou sem fins lucrativos, quando o objeto do contrato for a compra de serviços de saúde. (Origem: PRT MS/GM 2567/2016, Art. 3º, § 3º, II)

(...)

A Resolução CIT nº 4 de 19 de julho de 2012 dispunha sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do SUS, para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP):

(...)

ANEXO I

RESPONSABILIDADES

4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

4.1 Municípios

(...)

l. Elaborar contratos com os prestadores de acordo com a política nacional de contratação de serviços de saúde e em conformidade com o planejamento e a programação da saúde pactuada nas Comissões Intergestores;

m. Monitorar e fiscalizar os contratos e convênios com prestadores contratados e conveniados, bem como das unidades públicas;

(...)

2– Constatação nº 641755 - A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FNS para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Passos realizou repasses financeiros recebidos do FNS para a Santa Casa de Misericórdia sendo: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme determinado na Portaria MS/GM nº 2624/2020 no dia 02/12/2020. Foram repassados ainda recursos da Portaria MS/GM nº 1666/2020 sendo: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no dia 07/12/2020 e R\$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais) no dia 30/12/2020. Observa-se que o município transferiu então um total de R\$ 501.920,00 (quinhentos e um mil, novecentos e vinte reais) diferente do valor acordado no Convênio nº 007/2020 que é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destarte houve um acréscimo do valor creditado sem a respectiva modificação ou aditamento contratual. ”

Ficou estabelecido no Termo de Convênio nº 007, celebrado entre o município de Passos e sua Santa Casa de Misericórdia:

(...)

CLÁSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES:

Para a consecução do objeto deste Convênio competirá:

Ao Município de Passos:

1. Promover o repasse do incentivo financeiro, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que será repassado em uma única parcela do mesmo valor, conforme disposto no plano de trabalho.
2. Exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente Convênio, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Controladoria Geral do Município.

A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamentava o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituía normas para licitações e contratos da Administração Pública estabeleceu:

(...)

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

3 – Constatação nº 641765 - Os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados a Santa Casa de Misericórdia de Passos não estão em conformidade com o instrumento jurídico formalizado (Termo de Metas) e com a legislação vigente.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após análise da documentação apresentada verificou-se que os processos de pagamentos referentes às ações de Média e Alta Complexidade do enfrentamento à COVID -19 destinados a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos realizados com recursos da Portaria MS/GM nº 2624, Convênios Municipais nºs 003/2020, 005/2020 e 007/2020 foram formalizados contendo nota de empenho, liquidação, transferência bancária, cópia do Instrumento Jurídico firmado e Extrato da Publicação do Termo Jurídico quando celebrados. Entretanto foi observado que nos empenhos nºs 9758 de 26/11/2020, 10017 de 30/11/2020 e 10696 de 18/12/2020, o gestor ordenou os empenhos e também liquidou. Já no empenho nº 4954 de 29/05/2020, consta como fonte a de nº 100 que se refere a recursos ordinários ou seja apesar da dotação orçamentária ser do FMS foi utilizado recursos próprio do município e não do FMS para efetivar o repasse.”

4 – Constatação nº 641767 - A SMS não realiza acompanhamento da execução do instrumento jurídico Convênio Nº 007/2020 firmado com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos para enfrentamento da COVID -19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A PMP de Passos firmou instrumentos para viabilizar os repasses de recursos para o enfrentamento à COVID-19 conforme detalhado no anexo na tabela 01. Os convênios nº 003/2020 e 005/2020 preveem, ambos, na cláusula segunda, inciso I, item 2 que compete ao conveniente "... exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente convênio, através da Controladoria Geral do Município". Portanto tais instrumentos não preveem que a SMS deve acompanhá-los. Quanto ao convênio nº 003/2021, o mesmo já teve sua prestação de contas aprovadas pela Controladoria Geral do Município, conforme documento denominado "prestação de contas", sem data, emitido pela controladora geral do município A. D. B. O.. Já o convênio nº 007/2020, único que consta assinatura da SMS, na sua cláusula segunda, inciso I, item 2 prevê que compete ao conveniente "... exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente convênio, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Controladoria Geral do Município", porém não foram apresentados documentos que demonstram que a SMS está acompanhando, controlando e fiscalizando o presente instrumento. Ressalta-se que os convênios nºs 005/2020 e 007/2020 ainda estavam em vigência na data da auditoria operativa.”

O já citado Convênio nº 007, estabeleceu:

(...)

CLÁSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES:

Para a consecução do objeto deste Convênio competirá:

Ao Município de Passos:

(...)

2. Exercer o acompanhamento, controle e a fiscalização sobre o presente Convênio, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Controladoria Geral do Município.

(...)

5 – Constatação nº 641770 - A SMS não realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A gestora de saúde declarou que ” ... é informada diariamente, via grupo de whatsApp, no fim da tarde, com dados dos pacientes hospitalizados com COVID residentes no município de Passos, que são dados utilizados para elaborar o boletim diário do município. somente acompanha a gestão do quadro de leitos do COVID para os seus municípios através dessa informação diária”. Em conversa com a gestora, ela relatou que como não é detentora da gestão deste prestador, a SMS não tem acesso ao hospital para acompanhamento da ocupação de todos os leitos destinados ao atendimento à COVID19. Analisando o Termo de Contrato nº 98/2018, na sua cláusula oitava - das obrigações, inciso IV - das obrigações do interveniente, nos itens I e II, consta que a SMS deverá acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato. No documento descritivo, anexo ao contrato, consta no item VII, subitem VII.A - Indicadores gerais, itens 1, 4, 5 e 6 as seguintes metas: "taxa de ocupação geral dos leitos", "taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto", "taxa de ocupação dos leitos de UTI pediátrica" e "taxa de ocupação dos leitos de UTI neonatal". Portanto, diferentemente do argumentado pela secretária municipal de saúde, a SMS, como interveniente do contrato, deve acompanhar a ocupação dos leitos do hospital. “

A legislação pertinente, estabelece o seguinte:

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2 de 28/2017: (.)

Anexo XXVI

Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (Origem: PRT MS/GM 1559/2008)

(.)

Art. 5º A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações: (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º)

(...)

II - controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados; (Origem: PRT MS/GM 1559/2008, Art. 5º, II)

Plano de Contingência Operativo da MacrorregiãoSul – versão 2.0. Revisada e atualizada até 27/04/2020:

(...)

V. SISTEMAS DE APOIO V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório

(...)

Gestores municipais:

(...)

III. Garantir a gestão intra-hospitalar adequada dos leitos;

IV. Garantir a fidedignidade e tempestividade das informações relativas a ocupação de leitos hospitalares do seu território;

(...)

6 – Constatação nº 641775 -A SMS não valida os dados referentes à prestação parcial e/ou total de contas do prestador: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado (Convênio nº 005/2020) e normas que regulamentam os repasses.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após análise da documentação enviada, verificou-se que não foram apresentados documentos que comprovassem que a SMS/Passos validasse e inserisse os dados referente à prestação de contas dos recursos repassados no ano de 2020 a SCM por meio do Termo de Compromisso nº 557 no Sistema informatizados disponibilizado pela SES-MG, nos termos da Resolução SES/MG n.º 4.606/2014.”

A Resolução SES/MG nº 4606, de 17 de dezembro de 2014, dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual n.º 45.468/2010:

(...)

Art. 3º Para cada Termo de Compromisso ou Termo de Metas celebrado com os Beneficiários será elaborado um processo anual de prestação de contas, a ser apresentado nos termos estabelecidos nesta Resolução.

§1º O processo de prestação de contas será realizado anualmente, utilizando o ano fiscal como período de referência.

§2º Estão obrigados a prestar contas os Beneficiários que receberem recursos públicos repassados pelo FES, devendo ser observado, para tanto, o ano fiscal de referência do processo de prestação de contas; ou os Beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores ao ano fiscal apurado.

§3º A comprovação da utilização de recursos de origem federal transferidos do FES ao respectivo fundo de saúde do ente federado será realizado com base na norma federal que regulamenta a sua utilização.

Art. 4º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser realizada anualmente pelo Beneficiário, de forma declaratória, por meio do preenchimento de formulário digital.

§1º O formulário a que se refere o caput deste artigo deverá ser disponibilizado pelo Gestor de Programa até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

§2º A Superintendência de Planejamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde – SPF/SES/MG ficará responsável por monitorar o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§3º Caso não haja o cumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a Diretoria de Prestação de Contas da SPF/SES/MG deverá notificar o Gestor de Programa, que terá 5 (cinco) dias úteis para a liberação do citado formulário no sistema, bem como apresentar as justificativas pelo não cumprimento do prazo.

§4º O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo, sem justificativa adequada, resultará em perda de pontos para a equipe responsável pelo Programa no acordo de resultados.

Art. 5º O Beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via GEICOM, contados a partir de sua liberação no sistema.

§1º O Beneficiário deverá preencher e assinar as seguintes informações relacionadas ao Processo de Prestação de Contas: I - relatório de execução financeira e física do termo; II - demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo; e III - restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado.

§2º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal do Beneficiário.

Art. 6º Os Beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o § 2º do art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010.

§1º Os documentos que se referem o caput deste artigo devem ser arquivados na sede do Beneficiário, em bom estado de conservação, numerados e rubricados, pelo prazo de 10 (dez) anos.

§2º Os documentos devem ser arquivados em processos anuais de prestação de contas, de acordo com o Termo de Compromisso ou Termo de Metas de referência.

§3º Cabe aos Beneficiários providenciar, até o mês de dezembro de cada ano, o arquivamento dos documentos do processo anual de prestação de contas, conforme § 2º do art. 25 do Decreto Estadual n.º 45.468/2010.

§4º Os documentos arquivados subsidiarão o preenchimento do formulário da Prestação de Contas via GEICOM, não podendo, o Beneficiário, escusar de preencher as informações no sistema por falta de documentação.

§5º Os documentos devem ficar à disposição da Secretaria Estadual de Saúde – SES/MG, dos órgãos de controle interno e externo Municipal, Estadual e Federal, bem como dos Conselhos de Saúde.

§6º As informações inseridas no sistema GEICOM são de inteira responsabilidade do representante legal do Beneficiário estando este sujeito às penalidades administrativas, civis e criminais quando constatada a sua falsidade ou inverdade. (...)

7 – Constatação nº 641784 - A SMS de Passos não promoveu todos os ajustes no Plano Municipal de Saúde (PMS) e na Programação Anual de Saúde (PAS), inserindo as ações, mas não inserindo, de forma detalhada, os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19. A SMS submeteu à aprovação do Conselho Municipal de Saúde a PAS, mas não submeteu o PMS a esse órgão para aprovação.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Verificou-se que o PMS de Passos 2018-2021 foi ajustado e possui ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, estabelecendo metas a serem cumpridas para os anos de 2020 e 2021 e indicador de monitoramento - percentual de ações executadas, para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas. As ações estão divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289), Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º, inciso II; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3). Quanto aos recursos financeiros, as informações não estão disponibilizadas de forma que se identifique o que foi destinado especificamente para o enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS art. 96, § 3º, inciso I, alínea e). Não foi apresentado documento que comprove a apresentação do PMS, com as alterações referentes ao enfrentamento da COVID -19, ao CMS para aprovação (em desacordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV - Do Planejamento, Capítulo I - Das Diretrizes do Processo de Planejamento no Âmbito do SUS art. 96, § 7º) A PAS do ano de 2020 também foi ajustada e possui ações referentes ao enfrentamento da COVID-19, estabelecendo metas a serem cumpridas no ano de 2020 (executar o Plano Estratégico de Contingenciamento Municipal do Coronavírus) e indicador de monitoramento - percentual de ações executadas, para avaliação do cumprimento das metas estabelecidas. As ações estão divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289), Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 97, §1º incisos I e II; NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.5, 4.6, 5.1 e 5.2). Quanto aos recursos financeiros, as informações não estão disponibilizadas de forma que se identifique o que foi destinado especificamente para o enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 97, §1º inciso III). A PAS, com as alterações sofridas devido ao enfrentamento da Covid-19, foi enviada ao CMS para aprovação em 24/09/2020 (de acordo com Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 98, inciso I). ”

A Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, também contém orientação nesse sentido:

(...)

Art. 98. No processo de elaboração e execução da PAS, os gestores de saúde observarão os seguintes prazos: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 5º)

I - elaboração e envio para aprovação do respectivo Conselho de Saúde antes da data de encaminhamento da LDO do exercício correspondente; e (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 5º, I) (...)

8 – Constatação nº 641786 - A SMS apresentou os RDQAs ao CMS e à Câmara de Vereadores, contemplando parcialmente as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Foram apresentados os 3 RDQAs do ano de 2020. Verificou-se que há informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 no RDQA do 3º quadrimestre, divididas por setores: Setor Administrativo da SMS (nº 293); Atenção Básica (nº 290); Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica (nº 288) e Vigilância Sanitária (nº 289, Urgência e Emergência - Unidade de Pronto Atendimento (nº 291) e Assistência Farmacêutica (nº 292) (de acordo com NOTA TÉCNICA Nº 7/2020- CGFIP/DGIP/SE/MS, Itens 2.11, 4.1 e 4.2). Verificou-se que os RDQAs foram apresentados ao CMS, bem como à Câmara de Vereadores do município de Passos, dentro dos prazos legais (Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100, caput). Os dados financeiros encontram-se de forma generalizada, não sendo especificados os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 (em desacordo com Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100, Parágrafo Único, inciso I).”

Extraí da transcrição da normativa citada pela equipe de auditoria:

“ Art. 100. O relatório detalhado do quadrimestre anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS e deve ser apresentado pelo gestor do SUS até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação. (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º)

Parágrafo Único. O relatório previsto no "caput" observará o modelo padronizado previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459, de 2012 e conterá, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único)

I - montante e fonte dos recursos aplicados no período; (Origem: PRT MS/GM 2135/2013, Art. 7º, Parágrafo Único, I)

9– Constatação nº 641754 - A SMS não aplicou adequadamente os recursos financeiros e materiais recebidos do FES para o enfrentamento da COVID nas ações de média/alta complexidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Passos.

A equipe de auditoria evidenciou:

“Após análise da documentação apresentada verificou-se que a SMS/Passos recebeu do FES recursos provenientes da Resolução nº 7097/2020 em 3 parcelas sendo:

A primeira no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) foi creditada na Conta corrente nº 70008-8 no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 08/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020. A segunda no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) foi creditada na Conta corrente nº 70009-6 no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 05/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020. A terceira parcela no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) foi creditada na Conta Corrente nº 70010-X no dia 04/06/2020, sendo aplicado no mercado financeiro no dia 05/06/2020 e posteriormente repassado ao hospital o mesmo valor somente no dia 22/07/2020. Destarte, foi verificado que o município não transferiu para a instituição beneficiária os saldos de aplicações financeiras. ”

Assim se manifestou a Secretaria Municipal de Saúde:

“Nesse sentido, quanto à manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, venho esclarecer que a defesa pelos gestores se deu de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Saúde de Passos, sendo que esta corrobora em todos os termos o que fora informado pelos gestores, porém por um equívoco a resposta desse órgão não foi encaminhada de forma separada.

Quanto ao apontamento na recomendação nº 641754 a conduta orientada foi devidamente cumprida e o valor restituído como recomendado. Concerne às demais recomendações esta secretaria vem cumprindo grande parte e traçando estratégias para que possamos cumprir todas elas.

Dito isso, dando certo e esclarecido, despeço-me e sigo à disposição caso seja necessário. ”

O Recorrente encaminhou extratos das Contas 70008-8, 70009-6 e 70010-x, todas do Banco do Brasil, Agência 0194-5, bem como Nota de Empenho, Documento de Arrecadação Estadual e Comprovante de Pagamento que comprovam a devolução dos recursos ao FES. Assim, consideramos que a constatação indicada no **item 9 (Constatação nº 641754)**, foi parcialmente corrigida, situação em que deverá ser mantida a penalidade de advertência escrita.

Em relação às demais constatações não conformes, informou que as recomendações citadas pela equipe de auditoria estão sendo, ou serão cumpridas, a partir da auditoria. Entretanto, não apresentou o respectivo suporte probatório.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades indicadas nos itens: **1 – Constatação nº 641752, 2 – Constatação nº 641755, 3 – Constatação nº 641765, 4 – Constatação nº 641767, 5 – Constatação nº 641770, 6 – Constatação nº 641775, 7 – Constatação nº 641784 e 8 – Constatação nº 641786.** Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, porém negando-lhe provimento para manter as penalidades de Advertência Escrita impostas à SMS.

Em relação à penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos, referente ao **item 9 (Constatação nº 641754)**, apontamos que a SMS procedeu com a respectiva devolução, situação em que deverá ser mantida tão somente a penalidade de advertência escrita.

Por fim, convém apontar que numa próxima auditoria, medidas mais severas deverão ser adotadas, se constatadas reincidências das não conformidades aqui mencionadas, bem como de outras que venham a prejudicar a assistência aos usuários do SUS, daquela localidade.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **81340743** e o código CRC **023E1550**.

Referência: Processo nº 1320.01.0139368/2020-83

SEI nº 81340743